



HOMOFOBIA, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: O QUE SE VIVE NO BRASIL?

Sande Maria Gurgel D'Ávila (1)

Universidade Federal do Ceará, sandedavila@yahoo.com.br

RESUMO: A homofobia, a violência e a criminalidade tem se destacado nas estatísticas no Brasil apresentadas pela mídia, por pesquisas na academia e pelas notícias divulgadas nas redes sociais, dentre outras formas. As mortes relacionadas à homofobia vêm crescendo e os dados divulgados estão aquém dos números reais, pois muitos são ignorados ou encobertos. Essa preocupação motivou essa pesquisa bibliográfica e essa escrita como proposta de alerta e tomada de consciência para tão grave problema na sociedade brasileira. Os homossexuais são vítimas de ações criminosas violentas, o que denota a manifestação do preconceito de uma forma exacerbada. Homofobia significa aversão irreprimível, repugnância, medo, ódio, preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. Esse é um problema de origem social que precisa ser resolvido com o apoio da sociedade como um todo. Além disso, o Estado deve fazer a sua parte através de políticas públicas para assegurar a igualdade entre os cidadãos reconhecendo seus direitos como tais, independente de sua cor, raça, condição social ou opção sexual. A força dos movimentos sociais tem contribuído para que os que sofrem esse tipo de preconceito sintam-se mais fortes e organizados na busca da ocupação de espaços na sociedade de forma igualitária com respeito e dignidade.

Palavras-chave: Opção sexual, preconceito, gênero.



INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI ainda há uma discussão sobre as causas da homossexualidade e controvérsias sobre a motivação para a sua existência. Muitos duvidam da assertiva da “escolha ou opção sexual” e para alguns cientistas a homossexualidade se deve a um fator genético. Existem também pesquisas, apesar de ainda não amplamente comprovadas, que identificam diferenças fisiológicas nos cérebros de heterossexuais e de gays, assim como os estudos que afirmam que o comportamento homossexual também está presente em animais. A aceitação dessa condição também apresenta diferenças ao redor do mundo e alguns países aplicam até mesmo a pena de morte para quem é homossexual. A discussão sobre a homossexualidade é complexa e aqui não há a intenção de questionar a legitimidade das interrogações dos cientistas e de seus modelos explicativos sobre essa questão.

O objetivo desse estudo é visibilizar alguns dados que demonstram que a homofobia é uma realidade no Brasil e que tem produzido violências e crimes que precisam ser pensados à luz das políticas públicas.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e relatórios.

Resultados e Discussão

O Terceiro Relatório de Violência Homofóbica apresenta dados relativos ao ano de 2013, com números percentuais para os diferentes tipos de violências praticadas contra o grupo LBGT (Lésbicas, Bissexuais, Gays e Transgêneros). As violências psicológicas foram as mais reportadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%; e violências físicas, com 14,4%. Entre os tipos de violência psicológica encontram-se as humilhações (36,4%), as hostilizações (32,3%) e as ameaças (16,2%). No caso das discriminatórias, a mais reportada é a discriminação por orientação sexual, com 77,1% das denúncias. As lesões corporais são as mais reportadas, com 52,5% do total de violências físicas, seguidas por maus tratos, com 36,6%. As tentativas de homicídios totalizaram 4,1%, com 28 ocorrências, enquanto homicídios de fato contabilizaram 3,8% do total, com 26 ocorrências. Ainda, foram notificadas 74 denúncias de violência sexual. Entre elas, 43,2% foram abusos sexuais, seguido por



estupro (36,5%), exploração sexual (9,5%) e exploração sexual no turismo (1,4%).

De acordo com Mott (2000) o Brasil é o campeão mundial de assassinato de homossexuais e provavelmente um dos países do mundo onde ocorrem mais discriminações diárias contra gays, lésbicas e travestis. Entre 1980 e 1999 o Grupo Gay da Bahia (GGB) documentou a ocorrência de 1830 assassinatos homofóbicos, sendo que apenas em 1999 foram registrados 169 homicídios, perfazendo uma média de um crime a cada dois dias. Essa tendência se elevou, pois enquanto na década de 1980 matava-se em média um homossexual por semana, na década de 1990 subiu para um homicídio a cada três dias. No início do terceiro milênio, essa média agrava-se ainda mais, sendo um homossexual assassinado a cada dois dias. Esses crimes, em sua maioria, eram e continuam a ser praticados com requintes de crueldade.

Os dados do Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil relativos a 2014, do GGB, documentam 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo 9 suicídios. Um assassinato a cada 27 horas. Um aumento de 4,1 % em relação ao ano de 2013, com 313 mortes.

Em números absolutos, os estados onde mais LGBT foram assassinados foram São Paulo (50) e Minas

Gerais (30), porém em termos relativos, Paraíba e Piauí e suas respectivas capitais, são os locais que oferecem maior risco aos LGBT de serem violentamente mortos. No Brasil como um todo, os LGBT assassinados representam 1,6 de cada um milhão de habitantes. Durante décadas, o Nordeste foi a região de maior incidência de crimes homofóbicos, porém em 2014, o Centro-Oeste emerge como a região geográfica mais intolerante, com 2,9 homicídios para cada 1 milhão de habitantes, seguido do Nordeste (2,1), Norte (1,5), Sudeste (1,2) e Sul, a região menos violenta, com 0,7 mortes. São Paulo e Goiás foram os estados que revelaram o maior aumento destes crimes, respectivamente de 29 para 50 e de 10 para 21, enquanto Pernambuco e Rio Grande do Sul diminuíram. No Centro Oeste, o Mato Grosso do Sul foi o estado mais violento, (3,8 por milhão de habitantes) e o Distrito Federal, o que registrou proporcionalmente menor número de sinistros (1,0). Sudeste e Norte estão abaixo da média nacional em número de mortes. No Nordeste a Paraíba é o estado mais perigoso, seguido do Piauí e Sergipe. Ceará e Bahia foram os que registraram menor número de homicídios. Na região Norte, Acre é o mais violento, em oposição ao Pará, menos perigoso. Nos quatro estados do sudeste observa-se pouca



variação nessa incidência, de 1,8 a 1,1, sendo o Espírito Santo o mais perigoso e São Paulo o que oferece menor risco. No Sul, em todos estados o risco é inferior a 1 por 1 milhão. O Rio Grande do Sul aparece com percentual de 0,4, com 5 mortes para uma população de mais de 11 milhões de habitantes, enquanto o Paraná, com a mesma população, teve o dobro de assassinatos. Em relação às capitais, São Paulo é em termos absolutos a metrópole onde ocorreram mais assassinatos (16). Não foi registrado nenhum crime em Macapá e apenas um em Porto Alegre, Aracaju, Curitiba e Boa vista. João Pessoa se apresentou como a capital mais perigosa, com 15,3 vítimas por milhão de habitantes, seguida de Teresina 11,9 e Cuiabá, 10,4. Para além desses dados, aparece a impunidade ou o combate a essas violências e crimes.

Segundo Silva (2005) a impunidade serve para destacar uma tendência da sociedade de culpabilizar as vítimas de violência, justificando o crime pelo que a pessoa é, ou seja, homossexual. A violência seria um castigo provindo do seu comportamento, considerado antissocial. Diante disso é comum as vítimas dessa violência não denunciarem a ocorrência.

Para Silva (2005) a marca dessa violência é chocante, pois a vítima sempre é morta com mais de um tiro ou

com vários golpes, chegando a ultrapassar em alguns casos, a média de 15 tiros ou golpes por pessoa. Essa violência ocorre com mais frequência na rua e como segunda opção na residência da vítima.

De acordo com Dinis (2011) a homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Apesar da omissão, há uma discussão em pauta sobre a criminalização da homofobia. Para Ramos (2015) a criminalização não consiste em criar um tipo penal chamado homofobia e lhe cominar uma pena fixa, pois a homofobia pode estar presente em vários tipos penais já existentes. Assim, em geral, os projetos de lei que criminalizam a homofobia alteram um ou mais tipos penais acrescentando-lhes, seja como elementar,



causa de aumento de pena ou qualificadora, a motivação por preconceito de identidade ou orientação sexual. A homofobia e sua criminalização são uma pauta totalmente atual, que deve ser enfrentada pelo Congresso Nacional, mas que, por ora, foi deixada de lado.

Embora haja uma discussão parada no congresso, pode-se lembrar de alguns fatos que revelam avanços na luta contra a homofobia. De acordo com o Portal Brasil (2015) há 26 anos, no dia 17 de maio, as Nações Unidas (ONU) retiravam a homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS). Considerada histórica, a data passou a marcar as celebrações do Dia Internacional de Combate à Homofobia, inclusive no Brasil. Vítimas do preconceito e de manifestações de violência física e moral, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ainda lutam pelo reconhecimento de direitos sociais. Pode-se dizer que um avanço foi a crescente participação da sociedade civil em fóruns de discussão e organizações não governamentais e a execução de políticas públicas voltadas para a defesa e maior representatividade da população LGBT.

CONCLUSÕES

Apesar dos avanços e conquistas, entre elas o casamento

homossexual, ainda há muito há ser feito para que a sociedade respeite o ser humano com todas as suas individualidades. A homofobia deve ser tratada mesmo como um problema social grave que merece a atenção do Estado e do Governo, unindo forças com toda a sociedade.

Família e Escola devem trabalhar juntas na educação das crianças para que se possa ter cidadãos livres do preconceito e da homofobia na construção de relações mais justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSASSINATO DE LGBT NO BRASIL: RELATÓRIO 2014. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2015/01/13/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2014/>>
Acesso em: 24 mai 2016

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 715-726, set. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300015&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 25 mai 2016.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p.39-50, jan/abr 2011. Editora UFPR

MOTT, Luiz. **Assassinato de Homossexuais. Manual de coleta de**



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

Portal BRASIL. Luta contra homofobia avança na última década. Disponível em: www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/luta-contra-homofobia-avanca-na-ultima-decada
Acesso em: 24 mai 2016.

RAMOS, Leandro Ferreira. A criminalização da homofobia: uma pauta atual. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br/artigo_a_criminalizacao_da_homofobia_-_uma_pauta_atual Acesso em: 24 mai 2015.

SILVA, Maria Angelica Lacerda da. **Violencia antigay no Brasil: impactos e respostas individuais.** Niteroi: 2005





XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES



www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br